

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC – 08/04/2024

No dia 08 de Abril de 2025, às 14h30, no formato híbrido, teve início a reunião extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE, na Casa dos Conselhos, situada na Av. Oliveira Lima, 813, Soledade, Recife/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros (as) Titulares: **Nivaldo Jorge da Silva; Fernando Pereira; Arthur Bruno de Medeiros Teti; Carlos Eduardo Sales de Melo; Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa; Fábio Alexandre Melo Ferreira da Silva; Rafael Farias Almeida; Ana Paula de Santana; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Cleonice Maria dos Santos; Gilmar Correia da Silva; Adailton José da Silva; Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Filipe Moura; Eduarda Borba Lagioia Lippo; Rennan Mendes dos Santos.** Conselheiros (as) Suplentes: **Salatiel Magno Siqueira Alves; Maria da Conceição Cardoso da Silva; Karla Regina do Monte Oliveira; Renan Cabral da Silva.** INFORMES: 1.1- Convênio de R\$ 1,2 milhões com o Instituto Pernambuco Porto (Portugal); 1.2- Pernambuco Film Commission; 1.3- LPG x Imposto de Renda; 1.4 – Indicação do CEPC para homenageado da Fenearte 2025 (Maureliano Ribeiro). **Rafael Farias** iniciou a reunião destacando a necessidade de realizar um levantamento sobre as vacâncias existentes e as notificações relacionadas à ausência de determinados conselheiros, ressaltando a importância de inscrição e participação efetiva dos representantes. Comentou que a viajou às 9h30, e conseguiu chegar às 13h30. Mencionou ainda que cobre todas as suas despesas do próprio bolso e demonstrou frustração com a falta de comprometimento de alguns membros. **Wagner Egito** parabenizou a iniciativa do presidente Rafael e a importância de todos e todas terem responsabilidade de estarem presentes nas Reuniões do Conselho, porque para isso fomos eleitos e eleitas, mas ressaltou que as penalidades seriam difíceis de serem aplicadas porque o Regimento Interno considera a presença nas reuniões do segmento e não individualmente dos conselheiros (as). **Rafael Farias** agradeceu ao conselheiro Wagner e sugeriu que o levantamento fosse encaminhado à Comissão Jurídica e de Ética para que pudesse emitir parecer e propor providências adequadas. Em seguida, propôs colocar em votação a solicitação à Casa dos Conselhos para que fizesse levantamento das cadeiras vagas, especialmente do governo, para que se manifestassem e garantissem o quórum necessário para a realização das reuniões. Por fim, enfatizou que, embora não se trate necessariamente de um caso que demande punição, é essencial que houvesse, no mínimo, uma cobrança formal para que os representantes comparecessem e cumprissem com suas responsabilidades. **Nivaldo Jorge** ressaltou a dificuldade de atuar no Conselho sem suplente e relembrou a luta pela democratização do Conselho de Cultura em Pernambuco, reforçando a importância da participação ativa dos conselheiros e da valorização de todos os segmentos culturais, incluindo o artesanato. Fez um apelo para que os conselheiros assumissem seu papel, comparecessem ou convocassem seus suplentes. **Rafael Farias** agradeceu a fala de Nivaldo, reconhecendo sua trajetória, e colocou em votação o envio dos dados de frequência dos conselheiros à Comissão de Ética, proposta aprovada por unanimidade. Também comentou a necessidade de retomar a discussão sobre o Regimento Interno, reconhecendo a inatividade do Grupo de Trabalho e propondo reavaliar

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC – 08/04/2024

sua continuidade ou reestruturação. **Rafael Farias** informou que incluiria nos informes o ponto sobre o Regimento Interno e a alteração da Lei do Conselho, com uma contribuição que seria apresentada por Amanda Carneiro. **Thaynna Leocádio** explicou que tentou formar o Grupo de Trabalho via enquete no WhatsApp, mas, apesar de haver interessados, o grupo nunca foi formalizado por falta de tempo nas últimas reuniões. Destacou que é necessário oficializar o grupo para tratar não só do Regimento, mas principalmente da alteração da Lei do Conselho, pois o Regimento depende dessas mudanças. **Rafael Farias** apoiou a fala de Thaynna e disse que traria uma sugestão ao final. Em seguida, Wagner Egito lembrou que uma minuta de alteração foi feita no mandato anterior e enviada ao jurídico, mas o processo foi interrompido. Criticou a falta de suporte da Secretaria de Cultura (Secult), que por lei deveria dar estrutura e apoio ao funcionamento do Conselho, inclusive técnico, com equipamentos adequados de videoconferência. Propôs a criação de um grupo de trabalho para reunir propostas de alteração da Lei do Conselho e encaminhá-las à Assembleia Legislativa, com o objetivo de finalizar esse processo até o fim do mandato, preparando o Regimento atualizado para o próximo ciclo. **Nivaldo Jorge** fez um apelo por uma reflexão profunda sobre o momento de enfraquecimento do Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC), destacando que, com poucos meses restantes no mandato, é preciso avaliar se há condições reais para mudanças estruturais. Criticou o descaso do poder público, especialmente da Secult, Fundarpe, Palácio do Campo das Princesas e Assembleia Legislativa, que, segundo ele, ignoram o Conselho e não oferecem condições mínimas de trabalho, como recursos e suporte técnico. Reforçou que a responsabilidade também é dos 48 deputados estaduais, que viram as costas para a cultura. Adailton Silva (Maestro Adailton) complementou, afirmando que o Conselho precisa aprovar uma minuta de alteração da lei para que o Executivo a envie à ALEPE, e sugeriu uma reunião específica para tratar disso. Lamentou a demora e a falta de retorno sobre sua proposta de coordenação do Grupo de Trabalho, reforçando a urgência da pauta para garantir avanços antes do fim do mandato. **Rafael Farias** destacou que qualquer alteração no Regimento Interno do Conselho Estadual de Política Cultural precisava passar antes por mudanças na lei que o rege, já que ambos estão interligados. Propôs a criação de um grupo de trabalho específico para tratar da lei do Conselho, reativando uma minuta já existente de gestões passadas. Sugeriu que esse grupo analisasse o documento antigo, integrasse contribuições atuais e elaborasse uma proposta a ser enviada para a ALEPE, ainda neste mandato ou, ao menos, deixar o material preparado para a próxima gestão. **Thaynna Leocádio** reforçou que essa minuta de alteração da lei já havia sido construída de forma colaborativa e compartilhada no início do mandato atual, mas o processo estagnou. Propôs reativar o Grupo de Trabalho já existente (Thaynna, Gerlane, Joabe, Wagner, Rei Marcelo e a presidência), composto por seis membros, ou decidir por votação se deve ser reduzido. Também sugeriu que, caso não se conseguisse aprovar as mudanças a tempo, a minuta fosse registrada como legado para que o próximo Conselho pudesse finalizá-la e submetê-la. **Nivaldo Jorge** esclareceu que desde 2016, na primeira minuta do Regimento, já havia a

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC – 08/04/2024

tentativa de incluir a remuneração (jeton) para conselheiros, mas foi rejeitada por contrariar a lei vigente, que define a função como serviço de alta relevância sem remuneração. Reforçou que, por isso, é essencial emendar a lei antes de alterar o Regimento, e lembrou o histórico das primeiras tentativas de estruturação formal do Conselho, que participou desse processo inicial junto com o ex-presidente Jocimar e o maestro Nilton (falecido). **Rafael Farias** propôs a criação oficial de um grupo de trabalho para discutir alterações na lei do Conselho e revisar a minuta do Regimento Interno, já existente. Ele destacou que o grupo anterior nunca foi formalizado e que é necessário alinhar Regimento e Lei para garantir validade às mudanças. **Thaynna Leocádio** explicou que o grupo nunca foi oficializado, apenas sugerido, e propôs dois encaminhamentos: 1. Criar oficialmente o Grupo de Trabalho (GT); 2. Reabrir a minuta para novas contribuições com prazo definido. **Rafael Farias** concordou em oficializar o grupo agora e deixar que ele defina os prazos e formato da coleta de contribuições. A proposta foi aprovada por unanimidade. **Wagner Egito** reforçou que o grupo deveria organizar primeiro como seria feita a coleta de sugestões, antes de reabrir a minuta. **Thaynna Leocádio** aceitou a proposta, mesmo achando que isso pudesse atrasar um pouco o processo. Ainda sobre os encaminhamentos sobre o Grupo de Trabalho e Minuta do Regimento. **Rafael Farias** sugeriu que o Grupo de Trabalho (GT) fosse formado até sexta-feira e que os resultados fossem apresentados na próxima reunião ordinária do Conselho. A proposta foi aprovada por unanimidade. **Wagner Egito** reforçou a importância de compartilhar o Regimento atual e a Lei do Conselho no grupo dos 80, para que os conselheiros já pudessem começar a ler e anotar sugestões. **Amanda Carneiro** confirmou que a documentação seria compartilhada para adiantar o processo de integração do GT. Partindo disso, "Pernambuco meu País" entraria em pauta. **Rafael Farias** criticou o fato de o festival ter sido lançado pela Fundarpe sem consultar o Conselho de Cultura, destacando a importância da participação da sociedade civil em decisões sobre políticas culturais. Propôs a criação de um documento convocando oficialmente a Fundarpe para prestar esclarecimentos sobre o festival. **Nivaldo Jorge** reforçou a exclusão do artesanato do festival na primeira edição, ressaltando a importância cultural e econômica da linguagem. Disse que, mesmo quando o edital incluiu o artesanato, os artesãos não foram contemplados adequadamente, e cobrou mais respeito e visibilidade para a categoria. Também criticou a ausência de diálogo e pediu responsabilidade e escuta por parte do governo e da Assembleia Legislativa. **Willyssys Wolfgang** destacou uma falha no edital do festival "Pernambuco Meu País", que exige comprovações incompatíveis com a realidade do setor audiovisual, tornando o processo excludente. Em seguida, o presidente **Rafael Farias** propôs a realização de uma reunião extraordinária, com pauta única para discutir o festival, convocando a Fundarpe para prestar esclarecimentos. A proposta foi acatada, com a reunião marcada para a quarta-feira após a Semana Santa, no dia 23 de abril. **Wagner Egito** sugeriu incluir o Festival de Inverno de Garanhuns (FIG) nessa pauta, devido às incertezas sobre sua realização e a disputa pelo registro do nome entre a Fundarpe e a prefeitura de Garanhuns. A proposta foi aprovada por unanimidade. **Amanda Carneiro** informou que será elaborado um

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC – 08/04/2024

ofício de convocação da Fundarpe, que será validado pelos conselheiros antes do envio. **Rafael Farias** pediu que as dúvidas e contribuições sobre o festival fossem adiantadas no grupo, para que pudessem ser respondidas previamente pela Fundarpe na reunião. A discussão sobre a LOA da Cultura foi adiada, uma vez que a conselheira responsável, Bárbara Collier, não estava presente. Em seguida, **Yasmin Neves**, secretária executiva do governo e ex-presidenta do CEPC, foi chamada para apresentar informações sobre os suplentes da PNAB e outras questões do governo. **Rafael Farias** ressaltou que a sociedade civil teria direito à fala após a exposição de Yasmin, com tempo limitado e prioridade para os conselheiros. **Yasmin Neves** trouxe atualizações importantes sobre o chamamento de suplentes nos editais da PNAB. Segundo ela, haveria dois momentos distintos para esse chamamento, com o objetivo de preencher as vagas previstas nos editais de premiação e bolsas. Nesta primeira etapa, serão convocados 64 novos suplentes. Além disso, houve remanejamento de recursos do edital voltado para comunidades e povos tradicionais, que serão transferidos para o edital com maior demanda. No caso do edital de salvaguarda, houve uma sobra de R\$ 625 mil, referente a 62 contemplados, e esse valor também será redirecionado para premiações e bolsas. Ainda dentro do cronograma, Yasmin destacou que até o final da semana seria publicada uma nova lista de suplentes e seria iniciado o processo de validação da documentação, assinatura de recibos e pagamentos. Ela reforçou a necessidade de atenção por parte dos suplentes ao envio correto dos dados bancários, priorizando contas físicas e se atentando aos limites e horários de recebimento, para evitar problemas já enfrentados anteriormente com contas digitais. Na semana seguinte, seria feita a convocação dos suplentes dos editais de fomento, especialmente os editais de TECs, contemplando 46 agentes. Também será destinado um valor de R\$ 6 milhões, provenientes de rendimentos, ao edital de maior demanda, o de Multilinguagens, que possui uma extensa lista de espera com 1.550 suplentes. Esse valor, embora não contemple todos, ajudará a chamar parte significativa dos suplentes. Sobre as denúncias recebidas durante o processo da PNAB, Yasmin informou que todas as 128 denúncias foram analisadas. Elas tratavam, principalmente, de casos de heteroidentificação e de inconsistências de endereço. As denúncias deferidas resultaram na desclassificação dos agentes envolvidos, e em alguns casos, foi exigida a devolução dos recursos. A maioria, no entanto, teve o pagamento suspenso antes mesmo de ser efetivado. Yasmin se comprometeu a trazer em breve uma análise detalhada dessas denúncias, incluindo quantas foram deferidas e seus respectivos tipos, para que isso fosse refletido no novo ranqueamento. **Rafael Farias** reforçou outras pautas trazidas pela sociedade civil. Uma delas foi a dúvida recorrente sobre o cruzamento entre LPG e o Imposto de Renda. Outra questão importante levantada foi sobre a política Cultura Viva e os Pontos de Cultura, também trazida por representantes da sociedade civil presentes na reunião. Foi discutida e aprovada ainda a realização de uma reunião extraordinária com pauta única para tratar do Festival "Pernambuco Meu País". Inicialmente marcada para a próxima quarta-feira, a reunião foi remarcada para a semana seguinte ao feriado da Semana Santa, devido ao ponto facultativo decretado pela Casa Civil. A convocação oficial será enviada após

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC – 08/04/2024

validação do ofício pelo Conselho. Por fim, **Rafael Farias** destacou a importância da participação da sociedade civil nas reuniões e incentivou que mais pessoas se candidatem às cadeiras do CEPC. Ele explicou que, embora as reuniões contem com falas híbridas, os conselheiros têm prioridade na fala, conforme regimento interno. A participação ativa é essencial para fortalecer os debates e garantir representatividade nas decisões culturais do estado. Durante a reunião do Conselho de Cultura, Rafael Farias abriu para falas e destacou dúvidas sobre o Imposto de Renda na Lei Paulo Gustavo e questões dos Pontos de Cultura. **Nivaldo Jorge** sugeriu uma divisão mais justa dos rendimentos dos editais, defendendo que os recursos das sobras fossem redistribuídos proporcionalmente entre todos os editais, e não concentrados em poucos. **Wilyssys Wolfgang** fez cinco perguntas à gestão: número exato de habilitados no edital de Multilinguagens, quantos projetos serão chamados com as sobras por edital, se haverá chamada para gastronomia, se os rendimentos vão só para Multilinguagens, e quantas denúncias foram deferidas. Por fim, **Rafael Farias** cobrou esclarecimentos sobre os resultados e pagamentos dos Pontos de Cultura, criticando a demora e burocracia do processo, que tem afetado gravemente muitos grupos culturais desde a pandemia. **Yasmin Neves** explicou que as “sobras” referem-se a vagas não preenchidas por falta de documentação, e essas vagas estão sendo redistribuídas entre os editais, priorizando aqueles com maior demanda. O edital de Salvaguarda - Faixa 1 (mestres e mestras) receberá a maior parte dos prêmios e bolsas remanejadas (124 chamadas ao todo). O rendimento de R\$ 6,2 milhões será usado principalmente para chamar suplentes do edital de Multilinguagens, por ser o de maior demanda (1.550 suplentes). Serão contempladas todas as três faixas de valor (R\$ 30 mil, R\$ 60 mil e R\$ 70 mil), com divisão por macrorregiões, ações afirmativas e ranqueamento. Sobre os Pontos e Pontões de Cultura, o prazo de recursos terminou neste mesmo dia, ou seja, 08/04/2025. Foram recebidos 5 recursos. O resultado final deve sair ainda esta semana, e os termos de compromisso serão enviados na próxima segunda-feira. O pagamento será feito após a assinatura dos termos, respeitando prazos legais. Quanto às denúncias, foram recebidas 128, das quais 82 foram consideradas válidas. Destas, 57 foram deferidas (a pessoa se comprovou negra) e 24 indeferidas (não se comprovaram). Sobre o Imposto de Renda na LPG, houve um erro da empresa terceirizada que reteve imposto indevidamente. Isso já foi corrigido junto à Receita Federal, e os dados retificados serão processados nas próximas 24 horas. Uma nota explicativa seria enviada ao Conselho. **Rafael Farias** reafirmou que o Conselho já havia aprovado que os rendimentos fossem destinados ao edital de multilinguagens, considerado o de maior demanda. Destacou que essa decisão já constava nas memórias das reuniões do grupo. **Wilyssys Wolfgang** levantou preocupação sobre os informes de rendimento e o risco de malha fina, pedindo clareza se a Contec retificou os dados junto à Receita Federal. **Yasmin Neves** confirmou que a retificação foi feita diretamente na Receita e que a situação estaria regularizada em até 24 horas. **Nivaldo Jorge** apenas confirmou com Yasmin o número de pessoas contempladas no edital de Salvaguarda (62), o que foi confirmado por ela. **Wagner Egito** perguntou sobre a reunião da PNAB 2025. **Yasmin Neves** respondeu que, com o novo

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC – 08/04/2024

cronograma recebido, a reunião com o Conselho seria proposta para o início de maio, após análise dos pontos positivos e a melhorar da edição anterior. **Rafael Farias** lembrou que a pauta já havia sido solicitada pelo Conselho, mas aguardavam o cronograma nacional. Por fim, **Michele Miguel**, presidente da Federação de Quadrilhas Juninas de Pernambuco (Fequajupe), reclamou da inabilitação da entidade no edital de Pontões, alegando falta de clareza nos critérios técnicos e pouca sensibilidade à cultura popular. Pediu mais diálogo e apoio. **Rafael Farias** apoiou sua fala, demonstrando estranhamento pela justificativa técnica usada contra uma entidade com histórico de atuação, e se comprometeu a acompanhar o recurso. Ele expressou estranheza sobre a inabilitação da Fequajupe, reforçando o histórico de 24 anos da Federação e sua importância. Se comprometeu a acompanhar o recurso e destacou sua origem no movimento de quadrilhas juninas, demonstrando apoio ao setor. **Dani Leite** (sociedade civil), agradeceu os esclarecimentos sobre impostos e suplência da PNAB, mas questionou por que, mesmo sendo aprovada em 1º lugar no edital de técnicos da economia criativa (faixa 2), não foi contemplada. Informou que enviou e-mail em fevereiro e ainda não obteve resposta, lamentando a dificuldade por ser do Agreste. Pediu retorno da Secult sobre o recurso. **Rafael Farias** pediu o número da inscrição de Dani e forneceu seu e-mail, prometendo acompanhar pessoalmente o caso junto à Secretaria. **Mestra Cida** (sociedade civil), questionou se haveria contemplação de suplentes na faixa específica de mestres e mestras da cultura popular, pois não ouviu menção a isso na reunião. **Mestra Titinha** (sociedade civil), fez duras críticas à distribuição dos prêmios, afirmando que mestres e aprendizes da Zona da Mata foram prejudicados. Questionou os critérios dos pareceristas, dizendo que muitos deram nota zero a pessoas com décadas de atuação na cultura popular. Defendeu que mais verba fosse destinada à premiação, e não apenas ao edital de multilinguagens, para garantir acesso justo aos mestres da tradição. **Lucena** (sociedade civil), agradeceu o espaço e perguntou se a categoria 5 (Formação) seria contemplada com rendimentos ou sobras, mas reconheceu que talvez a resposta estivesse no quadro apresentado por Yasmin. **Willyssys Wolfgang** elogiou a Secult por prorrogar de forma automática os prazos da LPG, algo que vinha sendo muito solicitado. Também destacou a melhoria visual no Mapa Cultural com a organização dos editais. Por fim, falou sobre a Film Commission, ressaltando a importância de envolver o interior de Pernambuco, como Petrolina, no projeto, para que não fosse algo centralizado apenas no Recife. **Nivaldo Jorge** compartilhou sua preocupação com as críticas que ouviu de mestres da cultura popular e artesãos durante visita a Glória do Goitá. Relatou que muitos produtores culturais inscrevem várias propostas e acabam centralizando recursos, enquanto os mestres ficam de fora. Criticou o histórico de editais anteriores, como em 2020 e 2021, onde o audiovisual foi priorizado em detrimento da cultura popular. Defendeu maior atenção aos mestres e valorizou a importância da participação da sociedade civil nos conselhos para garantir representatividade. **Rafael Farias** agradeceu a fala e mencionou um convênio de R\$ 1,2 milhão com o Instituto Pernambuco Porto, solicitando esclarecimentos, pois há dúvidas sobre como esse recurso está sendo utilizado e por que

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC – 08/04/2024

estaria relacionado a outro país. **Yasmin Neves** explicou que não participa da análise dos recursos, mas reconheceu a legitimidade das demandas dos pontos de cultura. Afirmou que esse diálogo pode e deve ser levado ao Ministério da Cultura. Sobre o caso de Dani Leite, pediu desculpas pela falta de resposta, explicou que pode haver diferentes critérios para a não convocação (como reservas de vaga ou regionalização) e se comprometeu a investigar após receber os dados por e-mail. Referente aos mestres e mestras, esclareceu que 400 já foram contemplados no edital de salvaguarda, e mais 65 suplentes serão incluídos com o remanejamento de recursos. Reforçou que a Zona da Mata é prioridade e que pretende ampliar o diálogo com a região, pensando inclusive na execução da PNAB 2025. Sobre a categoria citada por Lucena, explicou que só a categoria 1 (multilinguagens) seria contemplada com rendimentos extras, enquanto as outras receberiam recursos das sobras. Yasmin Neves também agradeceu o reconhecimento de Wllyssys sobre as melhorias nos editais e explicou que a Film Commission está sendo construída com apoio da ADEPE, da câmara setorial do audiovisual e da Secult. Garantiu que o projeto visava contemplar todo o estado, não só o Recife, e que uma nota técnica seria produzida para informar melhor a sociedade. Por fim, respondeu a Rafael Farias que ainda não possuía informações detalhadas sobre o convênio com o Instituto Pernambuco Porto, mas que iria buscar e apresentar um resumo na próxima oportunidade. **Rafael Farias** agradeceu a Yasmin Neves pela cooperação ativa e reforçou que o Conselho está sempre aberto ao diálogo com o Governo. Ele destacou que o espaço deve ser utilizado para construir pontes e não barreiras, propondo, devido ao avançado da hora, adiar a discussão sobre a LOA da Cultura para uma próxima pauta. A justificativa é que, como o orçamento já está em fase avançada, a devolutiva neste momento pouco contribuiria ao processo. Em seguida, foi abordada a pauta da indicação do homenageado da Fenearte 2025, proposta por Yasmin e atribuída inicialmente ao conselheiro Adailton, mas confirmada por Gilmar Correia que defendeu a indicação de Maureliano Ribeiro, como homenageado do evento. **Gilmar Correia** destacou a trajetória de Maureliano como educador, artista e fabricante artesanal de instrumentos percussivos. Atuando desde o bairro de Peixinhos e posteriormente em Camaragibe, Maureliano fundou a oficina Barravento e produziu instrumentos que ganharam reconhecimento internacional. Sua contribuição à cultura pernambucana, ao Maracatu e ao movimento Mangue Beat foi ressaltada como motivo para a homenagem. **Nivaldo Jorge** apoiou a proposta de Gilmar, mas fez uma ressalva importante: historicamente, a escolha oficial do homenageado da Fenearte parte do Palácio do Campo das Princesas, ou seja, é uma decisão do Governo do Estado, e não do Conselho diretamente. Ele alertou para evitar frustrações futuras, lembrando que até mesmo a seleção dos mestres da Alameda da Fenearte é feita de forma restrita e centralizada. Ainda assim, Nivaldo reconheceu o valor da proposta de Gilmar como um gesto simbólico de reconhecimento da contribuição de Maureliano à cultura popular. Com isso, **Yasmin Neves** se comprometeu a reunir as informações debatidas e encaminhar um resumo com atualizações sobre os pontos discutidos (como os editais de prêmios e os Pontos e Pontões de Cultura) para o grupo dos conselheiros, reforçando o

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC – 08/04/2024

compromisso da Secult com a transparência e o acompanhamento conjunto das ações. **Wagner Egito** levantou uma preocupação sobre o processo de indicação do homenageado da Fenearte pelo CEPC. Ele destacou que, embora reconhecesse o mérito do mestre Maureliano Ribeiro e não desmerecesse a proposta de Gilmar Correia, considerou que o processo deveria ter sido mais democrático, com um ponto de pauta específico para permitir que outros conselheiros também pudessem sugerir nomes. Para ele, a votação sem essa abertura prejudica a legitimidade da escolha. **Rafael Farias** concordou com a sugestão de Wagner e propôs que, como não havia quórum para votação naquele momento, o texto de indicação elaborado por Gilmar fosse compartilhado no grupo do CEPC. Com isso, seriam abertas duas enquetes: uma para validar a proposta de votação e outra para receber novas sugestões. Se aprovado, o documento seria encaminhado à coordenação da Fenearte e ao Palácio do Campo das Princesas. Rafael ressaltou que, mesmo sabendo que a escolha final é do Governo, o Conselho precisava provocar e participar ativamente desses processos como um gesto político. Na sequência, Filipe Moura foi mencionado por Rafael Farias e Amanda Carneiro em relação à solicitação da lista oficial dos conselhos municipais de cultura em Pernambuco. **Amanda Carneiro** se comprometeu a formalizar o pedido em nome do CEPC, com cópia para o próprio Conselho, e, após resposta de Filipe, compartilhar a relação com a Comissão de Articulação e os demais conselheiros. Foi informado também que o Ministério Público solicitou essa mesma lista, reforçando sua importância. Amanda Carneiro também trouxe um informe sobre a reunião descentralizada prevista para o dia 2 de maio em Petrolina. A data coincidiria com o lançamento do projeto Cena Nordeste, mas como a agenda foi alterada pelo Consórcio Nordeste, a reunião será remarcada para coincidir com a nova data. Enquanto isso, a reunião ordinária do Conselho estava mantida para o dia 14 de maio. A proposta é unir as agendas para facilitar a participação dos conselheiros. **Rafael Farias** sugeriu que o Grupo de Trabalho criado para tratar da reunião descentralizada se reunisse para propor se faz de forma autônoma. **Wagner Egito** agradeceu a iniciativa de levar a reunião para o Cena Nordeste, mas defendeu que o Conselho não pode depender das ações da gestão e precisa articular reunião urgente para viabilizar a reunião do Conselho. **Rafael Farias** sugeriu realizar a reunião em Petrolina, com o apoio do governo e informou uma cidade demonstrou interesse em sediar a reunião. Ele propôs que a primeira reunião fosse realizada nessa nova cidade e a seguinte em Petrolina, já com a articulação do Cena Nordeste. Essa possibilidade será discutida internamente antes de ser apresentada ao governo. Por fim, sem mais assuntos em pauta, **Rafael Farias** encerrou a reunião agradecendo a participação dos conselheiros, tanto os presentes quanto os que acompanharam on-line. Eu, **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, Secretária, lavrei a presente ata que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras presentes na reunião.



Secretaria
de Cultura



REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC – 08/04/2024

Amanda Oliveira de Araújo Carneiro (Secretária)

Rafael Farias Almeida (Presidente)

Nivaldo Jorge da Silva

Fernando Pereira

Arthur Bruno de Medeiros Teti

Carlos Eduardo Sales de Melo

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fabio Alexandre Melo Ferreira da Silva

Ana Paula de Santana

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Cleonice Maria dos Santos

Gilmar Correia da Silva

Adailton José da Silca – Maestro Adailton



Secretaria
de Cultura



**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL
DE PERNAMBUCO – CEPC – 08/04/2024**

Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araujo

Filipe Moura

Eduarda Borba Lagioia Lippo

Rennan Mendes dos Santos

Salatiel Magno Siqueira Alves

Maria Da Conceição Cardoso da Silva

Karla Regina do Monte Oliveira

Renan Cabral da Silva